



1411 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 12 - Filosofia da Educação

BIOPOLÍTICA, CORPO E A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NA ESCOLA
Rozemy Magda Vieira Gonçalves -
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/PROSSUP

No século XVIII surgiu uma nova modalidade de poder sobre a vida, “de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2017): o biopoder. Ele tem dois polos: um se incumbe dos corpos dos indivíduos, e o outro do corpo-espécie da população (FOUCAULT, 2017). O poder disciplinar e a biopolítica incidem, respectiva e articuladamente, sobre o indivíduo e sobre a população. Por sua vez, o corpo é um objeto múltiplo, sugere múltiplas possibilidades de conhecimento, o corpo é sempre algo inabarcável (VIGARELLO, 2000). A emergência da biopolítica pode ser associada a uma articulação entre a educação escolar e medicina, que se configura nas escolas europeias ao longo do século XIX e que chega ao Brasil nos anos 1930. As escolas tornaram-se locais para ensinar sobre higiene e cuidados médicos básicos. O presente artigo tem por objetivo mostrar como vêm sendo engendrados os saberes e as práticas educacionais nas escolas para a promoção e manutenção dos corpos saudáveis. Para tanto, foram analisados artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) entre os anos de 1944 e 1948. Os resultados da análise mostram que existe um esforço em produzir sujeitos responsáveis pela constituição da saúde, engendrando corpos saudáveis através do higienismo e das práticas escolares.

BIOPOLÍTICA, CORPO E A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NA ESCOLA

Resumo:

No século XVIII surgiu uma nova modalidade de poder sobre a vida, “de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2017): o biopoder. Ele tem dois polos: um se incumbe dos corpos dos indivíduos, e o outro do corpo-espécie da população (FOUCAULT, 2017). O poder disciplinar e a biopolítica incidem, respectiva e articuladamente, sobre o indivíduo e sobre a população. Por sua vez, o corpo é um objeto múltiplo, sugere múltiplas possibilidades de conhecimento, o corpo é sempre algo inabarcável (VIGARELLO, 2000). A emergência da biopolítica pode ser associada a uma articulação entre a educação escolar e medicina, que se configura nas escolas europeias ao longo do século XIX e que chega ao Brasil nos anos 1930. As escolas tornaram-se locais para ensinar sobre higiene e cuidados médicos básicos. O presente artigo tem por objetivo mostrar como vêm sendo engendrados os saberes e as práticas educacionais nas escolas para a promoção e manutenção dos corpos saudáveis. Para tanto, foram analisados artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) entre os anos de 1944 e 1948. Os resultados da análise mostram que existe um esforço em produzir sujeitos responsáveis pela constituição da saúde, engendrando corpos saudáveis através do higienismo e das práticas escolares.

Palavras-chave: Biopolítica; Corpo; Escola; Educação; Saúde.

Introdução

Foi no século XVIII que o poder sobre a vida – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na esfera do poder – desenvolveu-se na ordem do saber e nos cálculos do poder. “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2017, p. 150). O poder intervém no sentido de aumentar a vida e controlar fenômenos que podem causar a morte. A morte “está de fora, em relação ao poder, é o que cai fora de seu domínio” (FOUCAULT, 2002, p. 296). Portanto, os processos relacionados à vida humana começam a ser instigados por mecanismos que tentam controlá-los e modificá-los:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 2017, p. 154).

Como esta modalidade de poder encarrega-se da vida, mais do que ameaça de morte, ela visa a intervir nos processos biológicos, ter acesso aos corpos e aos meios que o circundam para controlá-los e modificá-los. De acordo com Foucault (2017),

se pudéssemos chamar de “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (p. 154).

Surge, então, a população para dar conta de uma dimensão coletiva que, anteriormente, não havia sido problematizada. “É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito, necessariamente numerável” (FOUCAULT, 2002, p. 292). Assim, a biopolítica destina-se ao controle da própria espécie e lida com a população. Segundo Gadelha (2013), a disciplina é efetuada pelo adestramento dos corpos individuais; já a biopolítica é efetuada pela regulação do corpo social, por uma tecnologia previdenciária que recoloca os corpos em

processo de conjunto.

A biopolítica procede por massificação, e a disciplina pela individualização dos corpos. É uma outra tecnologia de poder, não disciplinar. Ela não exclui a técnica disciplinar, mas a embute, a agrega, a modifica parcialmente. Vai utilizá-la, sobretudo, implantando-se de certa forma nela, incrustando-se efetivamente, graças a uma técnica disciplinar prévia (FOUCAULT, 2016). Essa tecnologia se dirige aos processos globais, afetados por processos de conjuntos que são próprios da vida do homem-espécie.

Biopolítica e corpo

Se formos tentar definir o que é o corpo, essa não seria uma tarefa fácil, pois “ele evoca numerosas imagens, sugere múltiplas possibilidades de conhecimentos. Além disso, o corpo é sempre algo inabarcável” (VIGARELLO, 2000, p. 229). O corpo remete-nos a pensar sobre os modos de construção e subjetivação; ele não é homogêneo. Porém, conforme Foucault (1996), é no corpo que tudo passa. Logo, é a partir dele que o poder/saber se expressam. O domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder.

Foi na obra intitulada “Vigiar e Punir”, em 1975, que Foucault (2014) expôs seu entendimento de corpo e os significados atribuídos a ele. Para este autor, o corpo se faz importante para o exercício do poder, já que o corpo pode ser manipulado e treinado; ele responde, torna-se hábil e suas forças multiplicam-se.

Examinando o livro “Homem Máquina” de Offray de La Mettrie, Foucault (2014) pronuncia que o corpo do homem “é, ao mesmo tempo, uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de ‘docilidade’ que une ao corpo analisável o corpo manipulável” (p. 134). O corpo seria assemelhado a uma máquina e, também, não se distinguiria do corpo de um animal.

O poder não se detém como uma coisa. Ele não se transfere como uma propriedade, mas funciona como uma máquina (FOUCAULT, 2016). O poder disciplinar funciona de forma silenciosa e permanente; é também indiscreto, onipresente, tudo sabe e vê, controlando ou esquadrinhando os corpos continuamente, através de um olhar calculado.

Para Foucault (2014), é no momento histórico da disciplina, que surge a arte do corpo humano que visa à formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Para isso, são usados mecanismos sutis. “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 135). É pelo estudo dos mecanismos que penetram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas (FOUCAULT, 2016).

A noção de corpo como organismo, como um, o corpo humano, com seus órgãos em funcionamento, que dão a vida, remete a pensar as ciências biológicas, pois é nesse campo que o corpo vivo se engendra. A partir de então, o corpo humano passa a ser legitimado como manifestação da vida biológica:

A noção de “vida” que produziu o “corpo organismo” foi uma novidade do final do século XVIII, que, por sua vez, impôs um conjunto de ideias que transformaram as condições de possibilidade de produção de discursos e saberes, configurando as diferentes instituições que tomaram o corpo como matéria dos exercícios (CÉSAR, 2010, p. 164).

Observamos a instituição de uma nova tecnologia política, cuja singularidade está no fato de centrar-se na vida, no vivo. A série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores (e/ou previdenciários) – Estado constitui-se como um conjunto biológico e estatal, que é a bio-regulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 2002). Isso não acontece somente no plano estatal, mas também em nível subestatal, como os seguros e os estabelecimentos médicos, entre outros. Essa tecnologia tenta intervir sobre as características vitais da existência dos corpos humanos.

Surge a noção de meio, onde se faz a circulação dos indivíduos, onde uns agem sobre os outros, onde acontecem os encadeamentos dos efeitos e das causas. Logo, o que um fizer incidirá diretamente no outro, na vida do outro. Aparece a noção de um poder que parece diferente da noção jurídica da soberania e de territórios, e que é diferente também do espaço disciplinar (FOUCAULT, 2008). Aparece, então, no final do século XVIII, conforme foi mencionado, o que Foucault (2002) chamou de *biopoder* (poder sobre a vida/o biológico), uma tecnologia de poder que não exclui a disciplina. Assim, ele alerta, as disciplinas lidavam com o indivíduo e com seu corpo, enquanto a biopolítica tinha como foco a população.

Utilizei a disciplina descrita por Foucault para, inicialmente, falar de corpo, pois a disciplina recortou o corpo em sua individualidade para a fabricação de corpos dóceis. Já a biopolítica tomou o corpo no conjunto da população, por meio do controle da vida, através dos cálculos estatísticos, da previsibilidade dos acidentes, das deficiências, das doenças endêmicas e epidêmicas, taxas de natalidade, mortalidades, relações com o meio geográfico, dos seguros de vida e das aposentadorias.

A partir de então, pressupomos que a escola é um agenciador educacional e que mostra diversas situações em que a temática da *saúde* se apresenta e, indiscutivelmente, a biopolítica está inserida nessa arena educacional. Partindo dessa questão, pretendo analisar as relações que se estabelecem entre escola e saúde na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). A RBEP é um periódico publicado desde 1944 até o momento. Ele pertence ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), instituição ligada ao atual Ministério da Educação, e é o periódico brasileiro mais antigo no campo educacional ativo até os dias de hoje. Para compor o recorte temporal deste artigo, foram selecionados os quatro primeiros anos, entre 1944 e 1948. Nesse período, foram publicados 37 números.

A pesquisa proposta faz parte de um estudo de inspiração genealógica. A genealogia está relacionada com a inserção dos saberes na hierarquia do poder; “seria uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 2002, p. 15). Para Foucault (2016),

se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas, há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (p. 58).

A genealogia não é um método que possibilita determinado fim, nem um banco de dados sobre a origem de algo; poderíamos dizer que é a interpretação ou reinterpretção do que foi explicado em outras épocas, por outras vontades de potência. A genealogia “tenta descrever a gênese no tempo” (VEIGA-NETO, 2011, p. 56)

A saúde na escola

Existe, para muitos, uma percepção de que a escola é uma instituição antiquíssima. Isto naturaliza sua existência e apaga suas condições históricas. Conforme Varela e Alvarez-Uria (1992), “se a escola existiu sempre por toda a parte, não só está justificado que continue existindo, mas também que sua universalidade e eternidade a fazem tão natural como a vida mesma” (p. 68). Esta naturalização torna qualquer questionamento sobre sua existência impensável, e sua necessidade inquestionável. Está dada, e todos têm de passar por ela.

Para Kant (1996), “enviam-se em primeiro lugar as crianças para a escola, não com a intenção de que elas lá aprendam algo, mas com o fim de que elas se habituem a permanecerem tranquilamente sentadas e a observar pontualmente o que se lhes ordena” (p. 16). As palavras de Kant são do século XVIII, mas já indicam a noção de disciplina dos corpos, que será operacionalizada com mais intensidade e maior generalização nas instituições escolares a partir do século XIX, quando, em muitos países, se institui a escola pública e obrigatória.

Conforme Santos (2004), podemos entender a escola como uma maquinária onde as velhas estratégias – educar, curar, reformar, punir – estão articuladas a outras, de âmbitos sociais e políticas, no sentido de regular a vida e as condutas. Na prevenção de determinados hábitos ou comportamentos, a escola também alerta em relação ao que pode se tornar um problema de saúde, seja físico, mental, emocional e até mesmo social ou público.

Para Machado et al. (1978), “o ambiente escolar é uma pequena cidade onde os habitantes são inexperientes e ainda ignorantes” (p. 299), mas, ao serem disciplinados e orientados “pelas luzes da medicina, faz prever sua gradativa transformação; objetivo presente em todas as medidas médicas de ordenação do espaço escolar, do tempo e corpos educados” (p. 299). Segundo os autores, “se a escola é materialmente fundada nas determinações médicas, as pessoas que nela convivem são objeto de atenção que complementa o aspecto anterior” (p. 301), sejam eles no corpo docente, discente ou como funcionários.

Se a escola materialmente é fundada nas determinações médicas, as pessoas que nela convivem são objeto de atenção, que complementa o aspecto anterior (MACHADO et al., 1978, p. 301). Esses sujeitos serão penetrados, revelados e subjetivados pelas autoridades médicas, para o ideal funcionamento do espaço escolar na preservação do estado de salubridade.

O alvo principal da atenção médica é o aluno no espaço escolar. Ao entrar na escola, seu corpo passa a ser domínio médico, comparando-se aos demais. “Sua sujeição a uma instância de decisão dotada de ciência é condição essencial para que a função conhecedora e transformadora da medicina se exerça” (MACHADO, 1978, p. 301). Aqui, me refiro a uma das condições de salubridade circulante na escola quanto à higiene do corpo, o cuidado com o próprio corpo.

Na escola, os saberes médicos se fazem presentes em inúmeras instâncias: sobre os corpos dos que lá circulam, com a possibilidade de controle, conhecimento e intervenção nas diversas situações, e também de um ambiente propício a isso, propiciador de saúde física e moral. A educação em saúde no espaço escolar vai ao encontro do biopoder (poder sobre a vida e sobre o biológico). Esta tecnologia de poder articula disciplina e normatizações para a vida, visando à prevenção de doenças, à manutenção da saúde escolar e, conseqüentemente, populacional, evidenciando a biopolítica que se preocupa com as relações entre a espécie humana e o meio em que ela vive (FOUCAULT, 2002) e que tem como foco a população.

Educação para a saúde na escola a partir da RBEP

A RBEP constitui-se no material empírico desta pesquisa. Não pretendo mostrar totalidades, mas fazer uma busca da “proveniência que não funda, pelo contrário: ela agita o que se percebe imóvel; ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 2016, p. 63). Apresentarei a análise a partir do recorte de alguns números da RBEP, mais precisamente dos quatro primeiros anos de edição desta revista, objetivando mostrar como vêm sendo engendrados os saberes e as práticas educacionais preconizados para as escolas na RBEP para a promoção e manutenção da saúde.

O ensino moderno da higiene visa ao melhoramento da vida humana. Assim sendo, seu objetivo vai muito além da simples assimilação, pelos educandos, de certa soma de conhecimentos. Sua finalidade última é a de conseguir que cada indivíduo dirija sua conduta de maneira proveitosa à própria saúde. Por isso, a instrução e as experiências que eficazmente contribuam para a formação de bons hábitos e de atitudes sadias, e que conduzam à compreensão dos princípios de higiene, constituem os elementos integrantes de um programa de educação tendente a promover o bem-estar físico e mental da infância (RBEP, Orientação Pedagógica, v. 3, n. 9, 1945, p. 377).

No excerto acima, é fortemente marcada a presença do higienismo. Ele mostra que o ensino quanto à higiene e os cuidados para a manutenção da saúde são conduzidos pelo professor que, aos poucos, faz com que o aluno seja capaz de conduzir suas condutas para o governo de sua saúde e de sua vida, e não somente para o corpo, mas também para a mente, promovendo o completo bem-estar.

As ideias higienistas emergiram nos países europeus, no século XVIII, desdobrando-se em uma política, baseada na higiene, “que mereceu o nome de neo-hipocratismo” (COSTA, 2013, p. 2). Para Gois Junior (2000), o movimento higienista surgiu em um contexto de crescimento do capitalismo industrial, da manufatura e da grande indústria, na Inglaterra, França e Alemanha. A industrialização ocasionou o crescimento desordenado das cidades e, conseqüentemente, o aumento da pobreza e de doenças, o que fez aparecer demandas de reformas em vários setores da sociedade. A escola foi o grande aliado nessa luta para a promoção da saúde da população.

O ensino da higiene, sobretudo nos graus elementares, deve visar, de modo direto, a ajudar os alunos a viver mais sadiamente, tanto na classe como no pátio de recreio, ou ainda no lar. Esse objetivo se consegue de modo eficaz pela utilização das experiências cotidianas, pelo cultivo de bons hábitos, pelo estudo do meio físico e social, e pela leitura complementar (RBEP, Orientação Pedagógica, v. 3, n. 9, 1945, p. 380).

Já esse excerto demonstra que o educar para a higiene não deve restringir-se somente aos espaços escolares; ele estende-se ao lar e às moradias, e não fica restrito ao corpo do aluno. O aluno deve levar seus aprendizados para dentro de sua casa, para sua família, mudando suas atitudes, praticando bons hábitos, sendo exemplo, conhecendo o funcionamento do local de inserção e mapeando os funcionamentos. O professor é um dos educadores para a saúde. Vale salientar, contudo, que a saúde pertence aos saberes médicos instituídos também nas escolas, pois é lá que estão os indivíduos desde pequeninos à espera de ensinamentos. Ao serem disciplinados e orientados pelos saberes médicos, faz-se prever a gradativa transformação nos corpos; objetivo presente em todas as medidas médicas de ordenação do espaço escolar, do tempo e corpos educados (MACHADO et al., 1978).

O ideal para uma escola seria achar-se em meio de amplo terreno, em suave alicie, de sorte que se tornasse rapidamente enxuto após as chuvas e, bem assim, possuir algumas árvores frondosas, onde as crianças se pudessem abrigar nas horas de sol mais inclemente. Segundo VARRENTAPP, a escola deveria contar uma área mínima de 3m² por aluno. A nosso ver, este espaço é, sobretudo, exíguo; jamais deveria ser inferior a 10m², pois se deve prever lugar suficiente para os recreios e demais comodidades. (RBEP, Ideias e Debates, v. 7, n. 20, 1946, p. 241).

O periódico apresenta como deveria ser o local para a implantação de uma escola. Em seus escritos sobre a medicina urbana com seus métodos de vigilância, Foucault (2016) argumenta que temos de “analisar os lugares de acúmulo e amontoamento, de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos” (p. 158). O local onde é construída uma escola apresenta-se como um colaborador para a não propagação de doenças. Machado et al. (1978) descrevem como seria a localização ideal para a escola:

Ela deve estar localizada de preferência nos arrabaldes da cidade, sobre as colinas, distante dos mangues, das praias imundas e dos montes; que se edifique sobre um terreno refratário à umidade, em local arejado e ensolarado, com ruas largas e asseadas; que o seu meio ambiente, afastado dos vícios de conduta e de higiene da cidade, permita o desenvolvimento da saúde física e moral das crianças (p. 298).

Não somente a localização é vista como não propagadora de doenças na escola. Também se faz necessária a intervenção no espaço interno de sua construção, as distribuições dos ambientes e demais acessórios. O piso deve ser de fácil limpeza, que não facilite a absorção de líquidos. A limpeza dos locais deve ser diária de acordo com a preconização e os produtos de higiene para cada local.

A escola desempenha desde logo a ação direta e indireta. Nem mesmo poderemos afirmar qual a mais importante. A ação direta far-se-á sentir sobre os escolares, ensinando-lhes e fazendo-os adquirir os bons hábitos, seja pela saúde física, seja pela saúde mental; corrigindo-lhes, por meio de exercícios físicos, adequados, pequenos defeitos que, por acaso, apresentem; ensinando-os e fazendo-os praticar os hábitos de profilaxia que impedirão ou dificultarão adquirirem doenças contagiosas; fazendo-os, pelo exemplo, percam o medo das diversas vacinas imunizadoras, permitindo-lhes a aplicação; adquiram hábitos de mastigação de boa alimentação, facilitando-lhes e ajudando o crescimento; mostrando-lhes a vantagem para o próprio êxito da vida, fazendo-os frequentar as clínicas dentárias, de modo a preservar e conservar bons dentes..., enfim tudo o que a higiene moderna pede e aconselha. Indiretamente não é menor o papel desempenhado pela escola, admitido, comprovado e por todos verificado. (RBEP, Através de Revistas e Jornais, v. 12, n. 32, 1948, p. 219)

Na escola, o aluno é sujeito aos saberes médicos. O alvo principal da atenção médica é o aluno no espaço escolar. Ao entrar na escola, seu corpo passa a ser domínio médico, comparando-se aos demais. “Sua sujeição a uma instância de decisão dotada de ciência é condição essencial para que a função conhecedora e transformadora da medicina se exerça” (MACHADO et al., 1978, p. 301). O aluno deve aprender as condições de salubridade circulante na escola quanto à higiene do corpo, assim como o cuidado com o próprio corpo, para o futuro.

A escola é uma máquina para a produção de corpos livres de doenças. O excerto mostra a escola atuando no conjunto do corpo salubre (físico e mentalmente, ou moralmente). Ao evocar as doenças vindas pelo ar, Sennett (2016) exemplifica que não só o ar que se respira pode dizimar doenças, mas, também, o ar que penetra na pele. Além do mais, engendra outros significados além da doença física. Ele produz a doença da alma, dos que não se adequam aos padrões morais, pois a sujeira encrostada através do ar inserido na pele não contribui para o contexto de promoção da saúde.

Considerações Finais

Na análise de alguns recortes da RBEP, percebo que a educação para saúde já era fortemente marcada em seus periódicos nos anos propostos (1944-1948), sendo que, somente no ano de 1971, a educação para saúde foi implementada no currículo escolar, a partir da promulgação da Lei 5.692/71, que definia ser “obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971). Isso se fez necessário, no final do século XIX e início do século XX, quando a industrialização e a urbanização cresciam no país sem planejamento, e quando problemas de ordem higiênica emergiram, principalmente nas cidades, em função da aglomeração da população e das epidemias, entre outras situações.

A partir de então, os saberes médicos passaram a ser solicitados, e a escola passou a ser o palco principal para a disseminação desses saberes. Isso foi possível no decorrer do tempo, de elogios aos governantes que se envolveram e contribuíram para que as escolas educassem para a promoção da saúde, conforme um dos periódicos da RBEP:

A um povo deseducado é difícil ensinar-lhe os preceitos gerais de boa eugenia e higiene, por isso merecem aplausos os governos que mandam ou facilitam o funcionamento de escolas primárias e secundárias, que irão iluminar o cérebro de crianças e jovens de nossas cidades e sertões, facilitando os serviços de saúde e preparando os futuros trabalhadores e homens do país. (RBEP, Através de Revistas e Jornais, v. 10, n. 26, 1947, p. 103)

Partindo da ideia de um corpo saudável, limpo e que se deslocasse com total liberdade, o desenho urbano precisava de uma cidade assim (SENNETT, 2016). Com o advento da eugenia e do higienismo, aos poucos, isso foi sendo engendrado, conforme está descrito no excerto acima. Para melhor esclarecer,

a higiene, por exemplo, procura melhorar as condições do meio e as individuais para tornar os homens em melhor estado físico; a eugenia, intermediária entre a higiene social e a medicina prática, favorecendo os fatores sociais de tendência seletiva, se esforça pelo constante e progressivo multiplicar de indivíduos (KEHL, 1935, p. 46).

Portanto, os saberes médicos e a educação escolar para a saúde vão ao encontro da biopolítica, “pela regulação das populações, por um biopoder que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar a existência” (FOUCAULT, 2016, p. 29). Ele regula para assegurar a vida, para promover a saúde, para prevenir e evitar a morte. “Com a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire, também, o aspecto de campanha de aprendizado e higiene e de medicalização da população” (FOUCAULT, 2002, p. 291). Objetiva os interesses dos Estados de gerir a vida do corpo social e da população para o progresso da nação.

Referências

- BRASIL. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau, e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 02 maio 2017.
- CÉSAR, M. R. A (des)educação do corpo ou o pequeno desfile dos corpos contemporâneos e seus lugares da transgressão. **Vivência**, n. 35, p. 161-168, 2010
- COSTA, M. C. L. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, set./dez. 2013.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 2. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GOIS JUNIOR, E. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996
- KEHL, R. **Lições de eugenia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Canton & Reile, 1935.
- MACHADO, R. et alii. Medicalizar as instituições. In: _____. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. São Paulo: Graal, 1978. p. 278-352.
- SANTOS, I. M. **Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola** Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- SENNETT, R. **Carne e pedra**. 4ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, São Paulo, n. 6, p. 68-96, 1992.
- VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- VIGARELLO, G. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”. Entrevista realizada em Paris, em 10 de fevereiro de 2000. **Revista Projeto História**, São Paulo, p. 225-236, nov. 2000.